

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Parecer sobre proposta de inscrição do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas no Livro de Registro dos Saberes, como Patrimônio Cultural do Brasil.

Processo número 01450.017677/2010-21

No início do presente ano recebi da Senhora Presidente do IPHAN, Jurema Machado, através da então diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino, a tarefa de examinar e opinar a respeito do processo de Registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como relevante forma de expressão da cultura brasileira.

Em 2014, o Conselho Consultivo acolheu o pedido de Registro no Livro das Formas de Expressão do Carimbó, em parecer por mim elaborado. Anos antes, em 2004, o Círio de Nazaré, a festa máxima dos paraenses, foi inscrita no Livro das Celebrações e em 2013, neste mesmo livro, as Festividades do Glorioso São Sebastião que ocorrem na Ilha do Marajó. Agora é submetido à apreciação deste Conselho o Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, um bem originário deste mesmo Estado.

Esses processos revelam a riqueza e a diversidade das manifestações culturais imateriais, notadamente as de cunho religioso e lúdico do Estado do Pará, as quais não se limitam aos bens mencionados. Outros bens patrimoniais que ocorrem no Pará remetem ao Ofício de Tacacazeira na Região Norte, em processo de registro, e também aos diversificados saberes e expressões de povos indígenas, tais como os grafismos e a tradição oral, os rituais, os sistemas agrícolas, como ocorrem entre os Wayana, Assurini, Arawaeté, Waiwai, Tiriyo, Mundurucu e Kayapó-Mêbengokre. Especial destaque deve ser dado à diversidade linguística, pois neste Estado são falados 23 idiomas indígenas. Certamente esses bens e línguas aguardam a oportunidade de serem reconhecidos e valorizados, como sucedeu com o falar Assurini do Trocará que passou a integrar o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, neste ano de 2015.

Origem e Andamento do pedido

A documentação recebida e analisada está representada por grande número de documentos textuais, a saber, o Inventário Nacional de Referências Culturais, o Dossiê elaborado pela antropóloga Luciana Carvalho, Notas Técnicas e Pareceres, assim como de publicações, o Almanaque Pitinga e o livro O artesanato de cuias em perspectiva – Santarém. Há também extensos registros fotográficos, devidamente identificados e materiais audiovisuais. Em anexo figura os termos de autorização de uso de voz, imagem e de informações das artesãs. Esses documentos, indexados conforme as normas estabelecidas favorecem as condições para a realização de futuras pesquisas, assim como disponibiliza ao IPHAN as referências necessárias ao monitoramento do bem registrado. Destaca-se que as referências contidas no Dossiê atualizado constituem importante fonte para a necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional, do ponto de vista cultural, artístico, histórico, antropológico e social.

O processo de registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como patrimônio cultural imaterial do Brasil teve início em 2002 a partir da execução de sucessivos projetos, desenvolvidos pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), instituição está que apoiou as comunidades ribeirinhas em todas as etapas do processo. O projeto inicial era “Cuias de Santarém”, ocorrido de 2002 a 2003 e que integrava o Programa de Apoio a Comunidades Artesanais. Posteriormente foi incorporado ao projeto “Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, efetivado de 2001 a 2006 e que se dedicou também a testar os então recém-instituídos instrumentos de salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

O Inventário Nacional de Referências Culturais do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas teve início em 2003 com a compilação dos padrões gráficos de cuias, para difusão nas comunidades envolvidas no projeto e pertencentes aos municípios de Monte Alegre e Santarém. Paulatinamente o foco do inventário deslocou-se desse assunto para abordar os saberes e as técnicas envolvidas no ofício artesanal de “pintar cuias” e a sua ocorrência entre grupos sociais específicos na região do Baixo Amazonas: Vila Pariçó em Monte Alegre e Cabeça d’Onça, Carapanatuba, Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera, Surubim-Açu em Santarém. Este levantamento foi enriquecido com dados oriundos de pesquisas histórica, documental e etnográfica e do levantamento audiovisual, assim como à coleta de imagens, narrativas, reminiscências com vistas a esclarecer os processos de mudança.

Desde o princípio, o INRC alimentou nas comunidades produtoras de cuias o interesse pelo reconhecimento deste ofício como patrimônio cultural. As artesãs, desejosas de valorizarem e conferirem visibilidade ao artesanato produzido, tanto do ponto de vista econômico como cultural, reuniram-se para criar em 2003 a Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (ASARISAN),

congregando as cinco comunidades da porção insular deste município: Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera, Cabeça d'Onça, Carapanatuba, Surubim-Açu. Os grupos envolvidos no Inventário logo se mobilizaram, encaminhando ao IPHAN no mesmo ano, abaixo assinado das comunidades, declarando o interesse na instauração do processo de registro dos padrões iconográficos da ornamentação das cuias.

Dois anos depois, em 2005, novo abaixo assinado das artesãs é endereçado ao IPHAN para o registro do "artesanato tradicional de cuias pintadas, produzido na região do Baixo Amazonas, principalmente nos municípios de Santarém e Monte Alegre". Em fins de 2010, a Presidente da ASARISAN e em seguida a Diretoria do CNFCP renovaram a solicitação de registro ao Presidente do IPHAN para o registro no Livro dos Saberes do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas.

O pedido de registro do bem em apreço foi submetido à 19ª reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial em 2011 na qual foi estabelecido que a localização espacial das cuias se definia como sendo a região do Baixo Amazonas. Ademais a Câmara Técnica decidiu pela pertinência do pedido e pela continuidade do processo e solicitou providências para a complementação e sistematização da documentação. A Diretora do Centro Nacional Folclore e Cultura Popular havia anteriormente sugerido que a avaliação final sobre o registro do Modo de Fazer Cuias fosse concomitante ao do Ofício de Tacacazeiras na Região Norte, devido às associações existentes, mas que não ocorreu, este processo estando ainda inconcluso.

No final de 2011 a Diretora do DPI, Célia Corsino encaminha memorando a diretora do CNFCP, Cláudia Márcia Ferreira, informando sobre a decisão da Câmara Técnica e solicitando a produção de documentação complementar sobre o assunto, complementação esta indispensável para que o processo pudesse seguir os trâmites legais e ser alvo de pareceres técnicos e jurídicos.

Em 2014 foram retomadas as providências para o prosseguimento do processo relativo ao Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas. O Dossiê foi atualizado, complementado e ampliado com referências que consideraram a defasagem temporal em relação à versão original do Dossiê, assim como as transformações socioculturais ocorridas no contexto pesquisado.

Uma vez cumpridas essas exigências, o trâmite da proposta de Registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas seguiu o curso previsto no âmbito do IPHAN e assim submeteu-se à análise jurídica e à publicação de aviso no Diário Oficial da União em 8 de maio de 2015. A Advocacia Geral da União foi consultada e emitiu parecer em 20 de maio do presente ano, declinando a sinuosa trajetória do processo em pauta e analisando se o mesmo atendia aos requisitos legais aplicáveis. Concluiu, assim que se deve atribuir à ASARISAN o título de proponente do presente registro, pois o CNFCP está impedido de fazê-lo por integrar a estrutura do IPHAN.

IPHAN

Cabe mencionar que os processos contêm duas Notas Técnicas e um Parecer. O primeiro documento foi formulado pela Coordenadora de Registro Claudia Marina Vasques em 2011 e o segundo pelo Chefe de Divisão de Pesquisa do CNFCP, Elizabeth Costa em 2014. Ambos traçam o histórico do processo e formulam diretrizes para um plano de salvaguarda. O parecer, datado de 2015, é de autoria de Sara Santos Morais da Coordenação Geral de Identificação e Registro. Conclui que o trabalho produzido para a instrução do processo contém elementos que motivam a emissão de parecer favorável à inscrição do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas no Livro de Registro dos Saberes.

Dimensões históricas:

Verificou-se que os documentos consultados tais como o Parecer 31/2015, a Nota Técnica 10/2011, o volume do INRC, o catálogo Cuias de Santarém e o próprio Dossiê, endossavam a assertiva do intelectual montalegrense Cicero Nobre de Almeida, de que “as cuias pintadas, tais como as conhecemos, eram feitas e usadas apenas pelos índios que habitavam primitivamente a nossa terra, que eram chamados Aparais ou Urucuiúnas, pertencente à nação Caraíba”.

Enquanto antropóloga tenho grande consideração e respeito pela memória oral, individual ou coletiva. Considero, entretanto, que no presente caso um esclarecimento se faz absolutamente necessário. Inicialmente ressalto o fato de que os Aparai não podem ser confundidos com os Urucuiúnas ou Urucuiana ou Rocoyen, como eram referidos no passado os atuais Wayana. Trata-se, portanto, de povos indígenas distintos, porém ambos falantes de línguas Carib. Por outro lado, aos Wayana não pode ser imputada a localidade referida por Cicero Almeida, pois são originários do extremo norte da América do Sul, mais precisamente da região do Planalto das Guianas, no Suriname e Guiana Francesa. Os Wayana chegaram ao Brasil muito tardiamente, em princípios do século XIX, empurrados pelas populações *businenge*: Saamaká, Ndujka, Makapai, Aluku, Kwinti, escravos fugidos das plantações costeiras das colônias holandesa e francesa.

Os Aparai, referidos nas fontes setecentistas como Appirois e Apareilles de acordo com a antropóloga Dominique Gallois (1986), ao contrário dos Wayana, possuíam uma localização mais próxima de Monte Alegre. São assim originários do baixo curso do rio Paru de Leste, um afluente do Rio Amazonas que percorre terras do município de Almeirim. A história oral dos Aparai faz referência a uniões com outros povos indígenas, tais como os Arakaiwu e os Apama que viviam na região compreendida entre a foz do rio Paru de Leste e a do rio Maicuru, no município de Monte Alegre. Ao serem perseguidos, os Apama refugiaram-se no baixo curso desses rios, como indica Curt Nimuendajú (1981) onde possivelmente encontraram os Aparai. Um dos indicativos desses encontros e casamentos

é o fato de que a língua falada pelos atuais Aparai - da família Carib - é repleta de termos em tupi, o tronco linguístico ao qual pertencia a língua dos Apama.

O que nos esclarece as fontes seiscentistas e setecentistas a respeito dos povos indígenas que habitavam a região de Monte Alegre, e que supostamente teriam transmitido as técnicas necessárias para a feitura de cuias decoradas? Sabe-se que até 1757 Monte Alegre era conhecida como Província de Corupatuba. Em 1662, o Ouvidor-Geral Maurício de Heriarte, navegando pelo rio das Amazonas, aporta nesta localidade e menciona que era povoada pelos “índios Corupatubas, Carabocas (Curibocas) Bubuizes, Mariaús” e que entre eles os Padres da Companhia de Jesus, instalados na região desde 1657, exerciam o “pasto da doutrina cristã”.

É fato conhecido que os “descimentos” de povos indígenas interioranos para as margens do Rio Amazonas constituiu o resultado da ação missionária de Jesuítas, Capuchinhos, Carmelitas, Mercedários que ora cooperavam, ora concorriam com a sociedade civil e as tropas de resgate. Desta forma, as missões passaram a reunir contingentes étnicos variados, linguística e culturalmente. Segundo o historiador Antônio Porro (1996) esse era o caso de Monte Alegre, pois as fontes do século XVIII mencionam que a missão reunia indígenas Apamas, Arus, Gonçaris, Iruris, Juriparis, Maués, Tapuiassus, Barés e Manaos, estes últimos oriundos do médio Rio Negro.

Este foi o quadro populacional encontrado por Alexandre Rodrigues Ferreira, quando aportou, em meados do século XVIII, não mais em Corupatuba, mas na Vila de Monte Alegre. A sua “Memoria sobre as Cuyas” não menciona nenhum povo indígena em particular, identificando as laboriosas artesãs apenas como “Índias” e “Índias de Monte Alegre”. Menciona, entretanto, que algumas mulheres *mazombas* (brasileira, filha de europeus) e *mamelucas* (filha de branco e índio) também se dedicavam ao artesanato das cuias, mas que estas se diferenciavam das feitas pelas indígenas, sobretudo nas pinturas.

Muitos povos indígenas contemporâneos fazem uso de utensílios produzidos á partir do fruto da cuieira. Escritos etnográficos como Bruzzi da Silva (1962) e Berta Ribeiro (1995) indicam que no Rio Negro os atuais Tukano e Baré plantam cuieiras e entalham nos seus frutos colheres e recipientes para medir massa de mandioca, para beber água, xibé ou mingau e que estes objetos são impermeabilizados internamente com a mesma técnica das cuias produzidas atualmente em Monte Alegre e Santarém. Os Baré denominam em língua geral as cuias empretecidas de *kuia pixuna* e as sem pintura, de *kuia pitinga*. Os Aparai, segundo minhas próprias pesquisas, fazem recipientes para a ingestão de bebidas fermentadas com o fruto da cuieira silvestre e os denominam de *kassanan*. Não impermeabilizam os recipientes, mas os decoram, através do entalhe, com os mesmos grafismos dos vasos cerâmicos. Alexandre Rodrigues Ferreira faz referência ao uso de tintas de origem mineral e cita expressamente

Handwritten signature

“cury, tabatinga, tahuá, anil, urucu”. As que são nomeadas de *cury* (ocre) e *tahuá* (branco) correspondem, tanto no nome como na cor, aos pigmentos empregados pelos Aparai para as pinturas de objetos de argila, madeira e nas cuias de uso ritual.

Não paira dúvidas sobre o fato que as cuias confeccionadas e decoradas em Monte Alegre e Santarém constituem um artesanato de raízes ameríndias, fruto das complexas dinâmicas de colonização e ocupação da Amazônia. Entretanto não creio ser possível identificar, hoje, o povo indígena que primitivamente fazia e usava as cuias em Monte Alegre e que, em circunstâncias particulares, teria repassado esse conhecimento, como enfatiza Cicero Almeida. A origem do Modo de Fazer Cuias permanece difusa, pois revela uma situação de convergência cultural em consequência da colonização europeia. Esses artefatos, seriam ainda de acordo com Antônio Porro um “curioso produto de duas culturas”, pois as populações nativas na Amazônia eram induzidas a participar do processo de reprodução das artes e técnicas ocidentais, o que era imposto junto com a catequese. Julgo que é possível indicar que se trata de um artefato que conjuga em sua origem não duas, mas múltiplas culturas. Assim, além da influência europeia, caracterizada por uma decoração no mais autêntico estilo rococó conforme descreveu Tekla Hartmann (1988), as cuias do Baixo Amazonas receberam contribuições de diversas culturas indígenas, umas relacionadas com a matéria-prima, outras com a pintura negra impermeabilizante, outras com as técnicas decorativas, a saber o entalhe e pintura com tintas minerais. Não devemos nos esquecer, ademais, da criatividade individual que as “Índias de Monte Alegre” souberam imprimir nas cuias que produziram, e que certamente repassaram às suas descendentes.

Caracterização do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas.

O modo de fazer cuias, objeto desse processo de registro, ocorre no Baixo Amazonas, nos municípios de Monte Alegre e Santarém. O primeiro está situado na margem esquerda do Amazonas, e é reconhecido como sendo o berço do artesanato das cuias, tendo tido grande notoriedade no século XVIII, apesar de Santarém também as produzir neste período. O renome das artesãs de Monte Alegre na produção de cuias se reflete no presente, pois os montalegrenses são referidos como “pintacuias”, muito embora o município tenha perdido a primazia desse ofício em meados do século XX. A comunidade de Pariçó permanece, entretanto, como o núcleo artesanal de referência.

O município de Santarém localiza-se na margem direita do rio Tapajós, em sua confluência com o rio Amazonas. Neste município a produção de cuias ocorre principalmente nas comunidades de várzea. O Dossiê menciona especificamente Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba, Cabeça d’Onça, Surubim-Açu. Essa produção artesanal diversificou-se em épocas mais recentes, tanto em relação aos modelos e tamanhos, como à decoração das peças. Paralelamente foi ampliada a escala de



sua produção, o município de Santarém tornando-se referência regional e nacional para esta modalidade artesanal.

No Baixo Amazonas, a produção de cuias pintadas constitui uma prática essencialmente feminina. As artesãs seguem técnicas tradicionais e assim confeccionam utensílios a partir dos frutos da cuieira (*Crescentia cujete*) que possuem formatos e tamanhos os mais variados. As principais etapas da produção das cuias são a extração, o corte, o alisamento, o tingimento, a fixação da cor e a ornamentação dos frutos, aspectos estes minuciosamente descritos no Dossiê.

O processo inicia-se com a seleção e extração dos frutos da cuieira, árvore geralmente plantada nos quintais das casas das artesãs. Os frutos são em seguida seccionados com o auxílio de uma faca ou serrote. O miolo é retirado e as metades – as cuias – são postas na água para amolecer e facilitar a raspagem da casca. Esse processo é feito com escamas de pirarucu e posteriormente com folhas de embaúba, abundante nas capoeiras. As cuias devem ficar bem lisas, interna e externamente e depois de lavadas são postas a secar ao sol.

Em seguida as cuias são tingidas com um pigmento natural extraído da casca do cumatezeiro, uma Mirtácea ou de outros mordentes. Sua obtenção é trabalhosa por ser uma árvore de terra firme, sua coleta exigindo uma demorada viagem, geralmente realizada pelo marido da artesã. Extraída a tintura, o cumatê, a mesma é aplicada repetidas vezes às cuias, por dentro e por fora, com um pincel de penas de galinha e postas a secar e depois arranjadas sobre a “cama”. Um procedimento específico permite que a tintura de cumatê reaja com a amônia exalada da urina humana, fixando-se e empretecendo as cuias.

Com a palavra, Xerontina, artesã de Pariço, Monte Alegre:

Meu trabalho é assim: eu pego a cuia, serro, aí eu tiro o bucho e ponho ela um dia para secar. Então eu coloco para cozinhar, depois para raspar dentro e fora e deixo secar novamente. Com uns quatro ou cinco dias, quando ela está bem sequinha, aí eu começo a passar a tinta de axuazeiro. Eu passo a tinta três ou quatro vezes, só para de passar quando ela fica bem vermelhinha. Então eu ponho para secar e, quando ela está bem sequinha, eu limpo o chão, semeio a cinza e espirro o material, não pode dizer né? [Urina humana] Espirro, ensopo bem a cinza, aí venho com pedaço de pano grosso, ensopo de novo com o material, espremo e coloco em cima da cuia. Quando é no outro dia de manhã, que eu vou ver, ela está brilhando que é uma beleza!

Limpas, pretas e lustrosas, as cuias estão prontas para o uso. Podem ser então ornamentadas, e assim são “rascunhadas” ou “bordadas” ou “pirocadas”, através de incisões feitas com pontas de faca ou outros instrumentos cortantes. Nesta modalidade os traços produzidos ficam na cor natural da cuia e assim contrastam com a laca preta do cumatê.

Maria Domingas Menezes, artesã de Surubim-Açu, Santarém, enumera suas habilidades:

Em cuia preta eu sei florar com faca, eu sei florar com compasso. Tudo riscadinho! Eu mesmo faço os desenhos. Desenho pássaros, garça, arara, gavião no galho do pau, qualquer bicho. Tudo eu desenho!

As palavras da artesã mencionam a existência de diferentes repertórios de ornamentação incisa: motivos florais, representações da fauna regional e grafismos tapajônicos, também denominados de indígenas. Os primeiros são considerados as formas mais antigas de decoração. Os grafismos indígenas inspiram-se na cerâmica arqueológica, originária do povo Tapajó, preservada em museus brasileiros. Sua utilização atual se insere em um amplo processo de valorização do legado arqueológico no município de Santarém.

No início do século XX as cuias passaram a ser pintadas com tintas industrializadas, sobrepostas a uma base branca, na parte convexa das cuias, previamente empretecidas nas comunidades. Trata-se de um estilo mais frequente nos centros urbanos. Na pintura predomina a temática figurativa, com destaque para as paisagens amazônicas.

As cuias podem ser utilizadas como utensílio para se beber água, chá, café, cachaça, açaí, mingaus e, sobretudo para a degustação do tacacá, um prato de referência cultural da região norte do Brasil. Prestam-se igualmente para carregar e armazenar água, tomar banho, lavar a casa, guardar alimentos, fazendo parte do cotidiano das famílias ribeirinhas. São comercializadas com sucesso no circuito dos *souvenirs* turístico.

O contexto de mobilização pelo registro do Modo de Fazer Cuias induziu, principalmente no município de Santarém o florescimento e a consolidação de diferentes ações, tais como recuperação da memória visual tradicional, invenção de novo repertório gráfico, repasse de conhecimentos entre as comunidades, inserção das artesãs no quadro de políticas públicas de fomento à produção cultural.

Notas conclusivas e parecer:

O Dossiê, o Parecer de 31/2015, as Notas Técnicas 10/2011 e do CNF elencam uma série de medidas com vistas à estruturação do plano de salvaguarda. Essas diretrizes preveem ações voltadas para o incremento da comercialização das cuias pintadas em diferentes circuitos, inclusive com a implantação e manutenção de um Centro de referência do artesanato tradicional para a venda permanente. Outras medidas referem-se à capacitação dos comunitários na gestão de projetos de venda e uma maior atuação de diferentes agentes na ampliação da visibilidade das cuias através de circuitos qualificados de artesanato e da sua adoção em escolas, restaurantes, bares, assim como o apoio a projetos de organização comunitária e ao Ponto de Cultura de Aritapera, em Santarém.

Dentre os procedimentos indicados, devem ser destacados os mecanismos que permitem preservar o modo de fazer cuias através do repasse dos conhecimentos necessários a sua produção.

Desta forma é absolutamente indispensável a atração e a motivação de uma nova geração de artesãos para este ofício. O sucesso dessas iniciativas será diretamente influenciado pelo êxito dos mecanismos de viabilização comercial das cuias e, assim, é imprescindível o fortalecimento e o crescimento da ASARISAN, associação que congrega artesãos de várias comunidades, mas cujo quadro encontra dificuldade em se renovar. Não devem ser esquecidas, todavia, as artesãs que não se integraram a Associação, mas cujo trabalho merece ser igualmente valorizado e inserido em um plano mercadológico.

Outro encaminhamento que desejo enfatizar diz respeito ao conhecimento antropológico, histórico, museológico sobre as cuias do Baixo Amazonas. Constata-se, assim, que as diferentes expressões deste fazer ainda permanecem pouco conhecidas, a despeito do levantamento realizado e apresentado no Dossiê e das publicações do CNFCF. Dois campos são particularmente salientes. Um deles requer a realização de um amplo e atualizado mapeamento das comunidades produtoras de cuias nos municípios de Santarém, Monte Alegre e em outras localidades do Baixo Amazonas, entre as quais o município de Abaetetuba. O outro deve se voltar para a ampliação e o aprofundamento das pesquisas históricas sobre as cuias e seus padrões gráficos, tanto a partir de acervos dos museus nacionais, e também sobre o desenvolvimento das produções contemporâneas.

A confecção, a utilização e a comercialização de cuias estão disseminadas nos municípios de Santarém e Monte Alegre na contemporaneidade, sendo caracterizadas e reconhecidas com um símbolo identitário dos paraenses. Sua existência se dá através de uma cadeia de produção e de significação ancorada na sociabilidade de diversas comunidades ribeirinhas, tendo variados usos entre as detentoras do saber e suas famílias, assim como através de sua comercialização.

Neste fazer encontramos elementos que indicam a existência de características que se perpetuam, tais como a complexidade técnica que se expressa através de grande soma de conhecimentos, necessários para a preparação dos frutos da cueira e de seu tingimento com pigmentos naturais, assim como para a ornamentação com incisões, exercícios estes que se processam em um contexto marcadamente coletivo. A permanência se revela igualmente através do fato de representar, até os dias de hoje, um trabalho feminino em sua essência, tal como ocorreu no passado, segundo as crônicas dos religiosos e cientistas viajantes que percorreram o baixo Amazonas no século XVIII. A origem indígena deste ofício constitui outro meio de enfatizar a continuidade do bem em questão, muito embora não seja possível, no presente, conferir uma identificação precisa dos povos indígenas que teriam transmitido os saberes e técnicas para a confecção de cuias em Monte Alegre e Santarém.

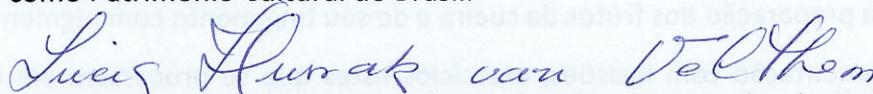
[Handwritten signature]

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 define quais bens integram o patrimônio cultural brasileiro e assim referem-se aos bens portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, portadores de identidades e de modos de criar, fazer e viver específicos e diferenciados. Inserindo-se nessa definição, a produção e reprodução do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, assim como todos os bens associados constitui parte integrante dos processos de formação da identidade das artesãs e sua prática está profundamente enraizada no cotidiano das comunidades ribeirinhas. As dinâmicas sociais impuseram alterações neste fazer, mas o mesmo preserva uma série de processos complexos que requerem o domínio de técnicas e habilidades específicas, as quais têm sido transmitidas de geração em geração. Representam uma tradição que se reitera e se atualiza, pois viabiliza a manutenção da memória dos grupos sociais comunitários.

Em todos os documentos apresentados no processo é ressaltada a construção coletiva do argumento para o pedido de registro do Modo de Fazer Cuias. Congregando pesquisadores, comunitários e sua Associação, a mobilização logrou viabilizar o desenvolvimento de práticas, medidas e iniciativas voltadas para a preservação e o aprimoramento da prática cultural, relacionadas ao bem em questão.

Apresentado como resultado da união das influências culturais de povos indígenas e de europeus, o Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas possui relevância nacional, pois constitui uma referência cultural que sintetiza a diversidade étnica formadora da sociedade brasileira. A sua inscrição no Livro dos Saberes constitui uma forma de valorização do artesanato tradicional das mulheres ribeirinhas e se revela como uma condição efetiva para continuidade deste bem cultural.

Face ao exposto no presente parecer e endossando os demais pareceres constantes no processo, assim como a resolução dos participantes da Câmara Técnica de Patrimônio Imaterial, afirmo que estou de pleno acordo à inscrição do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas no Livro de Registro dos Saberes, como Patrimônio Cultural do Brasil.



Lucia Husak Van Velthen. Conselheira. Brasília, 11 de junho de 2015. 79ª Reunião.